



ORDEM DOS ENGENHEIROS

Participação n.º 2/2012 CJ

Participante: Maria Olímpia Fernandes Machado

Participado: Eng. Amílcar José Pires Lousada

Parecer do Conselho Jurisdicional:

I Relatório

1. Dirigida ao Bastonário, deu entrada nos serviços nacionais da Ordem dos Engenheiros, em Lisboa, a 14/02/2012, uma participação, da mesma data, subscrita por Maria Olímpia Fernandes Machado, doravante participante, residente na Rua do Souto, Lote A, 3.º Dt.º, em Odivelas, na qualidade de representante dos herdeiros de Antónia Teles Fernandes, contra o Eng. Amílcar José Pires Lousada, membro efetivo da Ordem dos Engenheiros, titular da Cédula Profissional n.º 17777, doravante participado ou Eng. Lousada.

2. Segundo a participante os herdeiros de Antónia Teles Fernandes, tiveram conhecimento "da conduta menos própria" do participado, que "presumem poderá constituir infração disciplinar".

3. Por despacho do Bastonário de 14/02/2012, foi a participação remetida a este Conselho Jurisdicional.

4. Tendo verificado que o participado era, ao tempo da entrada da participação, Delegado Distrital de Bragança, o Conselho Jurisdicional, nos termos conjugados do disposto nas alíneas d), e) e f) do n.º 2 do art.º 26.º do Estatuto da Ordem dos Engenheiros, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/92, de 30 de Junho, e do art.º 9.º mormente do seu n.º 4, do Regulamento Disciplinar (RD), publicado no Diário da República II Série, n.º 164 de 18/07/2003, e tendo em conta anterior decisão deste Conselho de se considerar o órgão disciplinar competente para tomar conhecimento, instruir e julgar em conjunto como o Conselho Diretivo Nacional, as participações apresentadas contra os Delegados Distritais da Ordem, entendeu que é competente para receber a presente participação.

Segundo a participante (fls. 1 a 4), a entretanto falecida Antónia Teles Fernandes, apresentou junto da Câmara Municipal do Vimioso, doravante CMV, um projeto para a construção de uma habitação unifamiliar, em Argozelo, projeto que foi aprovado e que ficou registado na CMV sob o n.º 24/2003, em 12/05/2003.

Em 30/12/2003 a CMV emitiu a Licença de Construção n.º 62/2003, tendo sido concedido o prazo de 12 meses para conclusão dos trabalhos, com início em 30/12/2003 e termo em 30/12/2004.

O responsável pelo projeto e pela direção técnica da obra foi o Eng. Lousada.

Durante a execução foram detetadas várias desconformidades em relação ao projeto aprovado, motivo pelo qual a CMV não emitiu a Licença de Utilização.

As desconformidades em relação ao projeto aprovado são as seguintes:

- O projeto de arquitetura previa cinco quartos, existindo apenas quatro;

- A porta da sala e a escada do lado sul, de acesso ao 1.º piso, não correspondem ao projetado;

- Um dos pilares encontra-se localizado em local diferente ao projetado;

- Foi eliminado o hall de entrada do lado norte, quando o mesmo constava do projeto;

- Faltam as sapatas do imóvel, um pilar na zona da varanda, um vão de janela ao nível do piso zero (rés-do-chão), do lado norte e três degraus da porta principal.

Em 06/03/2007, uma Comissão de Vistoria nomeada pela CMV compareceu na edificação tendo elaborado um Auto de Vistoria, do qual constaria o seguinte:

- Não se cumpriu o projeto aprovado pela CMV tanto ao nível da arquitetura como demais especialidades;

- A construção existente, corresponde em termos de arquitetura, ao aditamento entregue na CMV pelo participado;

- Para aferir as alterações efetuadas em obra relativamente ao projeto aprovado a CMV poderia ceder cópia de ambos os projetos (inicial e aditamento).

Em 28/07/2007 a CMV informou a requerente de que a obra foi considerada inacabada, em situação ilegal, por desrespeito com o projeto licenciado.

No entender da participante todas as desconformidades foram o resultado da ineficaz conduta profissional do participado durante a realização da obra, na qual, de resto, nunca foi visto pela então proprietária António Teles Fernandes nem por qualquer dos seus familiares.

Mais acrescenta que o aditamento ao projeto que o Eng. Lousada apresentou na CMV, nunca foi pedido nem autorizado nem aceite pela proprietária; deu entrada na CMV após a 1.ª vistoria realizada pelos técnicos daquela edilidade.

Como não deu consentimento para o referido aditamento a dona da obra apresentou na CMV um requerimento para que o aditamento ao projeto inicial não fosse aceite, pois não fora por si autorizado.

Entretanto, a dona da obra Antónia Fernandes Teles faleceu e a obra ainda não tinha obtido licença de utilização, tendo decorrido um processo contraordenacional pela CMV.

Uma vez que o aditamento apresentado pelo Eng. Lousada não foi consentido pela então dona da obra, os herdeiros terão de apresentar novo aditamento ao projeto inicial para legalização das alterações referidas.

Ainda segundo a participante o imóvel encontra-se desvalorizado, face às alterações introduzidas durante a execução da obra, face ao projeto inicial.

E que, se o participado tivesse cumprido como era seu dever, o acompanhamento da obra, nada disto se teria verificado, pelo que, tal comportamento constituiria uma grave violação dos seus deveres profissionais.

Apresentou como testemunhas dos factos: Firmino Augusto Fernandes, residente na mesma morada da participante e António Fernandes, residente na Rua do Latedo de Cima, n.º 27, em Argozelo.

Não apresentou qualquer prova documental que pudesse confirmar o afirmado na participação.

Na sua resposta à participação veio o participado dizer o seguinte (fls. 13 a 17):

1.º Que se trata de um projeto de um edifício destinado a habitação unifamiliar elaborado por si e cujo projeto de arquitetura foi aprovado em 23/05/2003;

2.º Os projetos das especialidades de engenharia foram entregues na CMV em 26/09/2003;

3.º O deferimento (aprovação) do projeto de execução ocorreu em deliberação da CMV em 28/10/2003;

4.º Não houve nenhuma comunicação da CMV nem da dona da obra ao técnico responsável pelos projetos e que iria ser o diretor técnico da obra, de que havia sido emitido o alvará de licença n.º 62, em 30/12/2003, válido até 30/12/2004;

5.º O participado é técnico superior do Município de Bragança onde é prática normal, tal como na maioria dos Municípios, comunicar por escrito aos técnicos interessados a emissão dos alvarás de licença dos procedimentos, tendo em vista informá-los de que a partir daí inicia a sua responsabilidade pela execução da obra;

6.º Assim sendo, e porque também a dona da obra ignorou em absoluto a existência do técnico, desconhecia em absoluto que a obra estivesse licenciada ou em execução;

7.º Decorrido cerca de um ano sem lhe ter sido comunicado qualquer facto relativo a esta obra, tomou a iniciativa de se inteirar da razão de tal silêncio;

8.º Deslocou-se então a Argozelo e verificou que a obra estava em execução e tinham sido feitas alterações ao previsto no projeto aprovado;

9.º Foi então informado pela dona da obra que as alterações foram executadas de mútuo acordo com o empreiteiro, tendo-se disponibilizado para elaborar um aditamento a fim de legalizar aquelas alterações, facto que foi aceite pela dona da obra;

10.º A licença da obra caducou em 30/12/2004, não tendo sido revalidada, o que significava que a obra estava parada;

11.º Foram feitos levantamentos e medições no local, na presença da dona da obra, e foi elaborado o aditamento necessário que ficou concluído em 05/11/2005;

12.º Apesar das insistentes, mas frustradas tentativas de contactar a dona da obra, estranhamente o aditamento não foi levantado, tendo então decorrido cerca de um ano;

13.º Em 21/09/2006 deslocou-se de novo a Argozelo e constatou que o edifício aparentava já estar ocupado, apesar de a obra não estar dada como concluída;

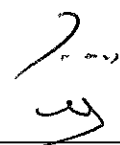
14.º Tomou então a decisão de avançar para a entrega do aditamento na CMV acompanhado de uma exposição para resolver definitivamente a situação que entretanto tinha tomado contornos muito duvidosos e estranhos (anexo 1 – transcrição do documento que consta no referido processo da CMV, com entrada registada em 04/10/2006);

15.º Em 26/09/2006 dá entrada na CMV um requerimento da dona da obra solicitando *uma vistoria ao imóvel, onde constem todas as alterações, em relação ao projeto aprovado, a fim de poder intentar uma ação cível e, ao mesmo tempo Disciplinar, na respetiva Ordem, contra o Autor do Projeto, e assim como Certidão do Alvará de Construção, dado que nunca fui titular do mesmo;*

16.º Em 14/11/2006 dá entrada na CMV outro requerimento da dona da obra solicitando *uma vistoria ao imóvel, onde constem todas as alterações, a fim de poder intentar uma ação cível e, ao mesmo tempo Disciplinar, na Ordem dos Engenheiros, contra o Autor do Projeto, e ao mesmo tempo cópia autenticada do Alvará de Construção, dado que nunca fui titular do mesmo;*

17.º A razão de ser destes dois requerimentos é explicada por uma anotação no primeiro que dizia *aguarda-se confirmação da requerente se quer avançar com o aditamento;*

O participado acrescenta ainda na sua resposta:



-Que para análise e perceção do ocorrido, teve necessidade de fazer uma pesquisa minuciosa do processo municipal e foi assim que soube que o empreiteiro cujo alvará consta do processo a CONOPUL, LDA., não foi a executante da obra, mas sim outra entidade cujo nome desconhece;

- Que constam do processo camarário documentos, nomeadamente requerimentos dirigidos à CMV, em que surge o nome de um advogado de Lisboa, de nome Luís Cunha, onde se menciona uma ação judicial movida ao empreiteiro da obra que correu termos sob o n.º 9/07.3TBVMS do Tribunal Judicial do Vimioso, onde se afirma que foram executados trabalhos. Dessa ação judicial teve conhecimento de que resultou num acordo entre as partes, para pouco tempo depois ser pedida pelo advogado referido, uma vistoria à CMV porque a dona da obra entendia que a obra não estaria ainda concluída;

- Sintomático é que em resultado das vistorias e da análise do processo, o gabinete jurídico da CMV emitiu um parecer em 19/04/2007, onde diz: *Após a análise feita à informação e relatório efetuado pela comissão de Vistoria ao edifício cujo projeto entrou nesta Câmara com o n.º 24/2003 e supra referenciado, deve proceder-se de acordo com o proposto e verificado pela comissão de Vistoria, e que nos termos do ponto 1.º (não se cumpriu o projeto aprovado pela Câmara e licenciado pelo alvará de licença n.º 62/2003, de 30/12/2003, tanto a nível de arquitetura como demais especialidades) e ponto 5.º (a execução de obras em desconformidade com o projeto licenciado ou com as condições de licenciamento e a ocupação de edifícios sem licença de autorização de utilização, constituem motivo de contraordenação prevista respetivamente, nas alíneas b) e d) do n.º 1 do art.º 98.º do DL 555/99, com a redação dada pelo DL 177/2001, de 4 de Junho) fazem referência a que tal situação é alvo de contraordenação. Assim e dado entender a referida comissão que se está perante uma situação alvo de contraordenação, deve a Câmara proceder ao levantamento do respetivo auto.*

Este parecer foi objeto de aprovação por Despacho do Presidente da CMV em 27/04/2007.

Foi executada nova vistoria em 16/11/2007 por solicitação da dona de obra, em que é referido que a única novidade relativamente à anterior é a existência de pintura exterior.

Conclui esta parte afirmando que em função do requerimento que apresentou na CMV em 04/10/2006 (aditamento ao projeto), tudo se passou sem a sua intervenção.

Na sua resposta o participado vem ainda dizer que:

- Não tendo os participantes conseguido os seus desígnios durante o ano de 2012 começou a receber telefonemas anónimos ou quando identificados a pessoa indicava apenas ser cunhado de um tal José Brandão que alegadamente seria o dono da obra, dizendo que pretendia encontrar-se com o participado para resolver um problema com a obra em Argozelo. Como nos seus registos não havia ninguém com aquele nome, e insistindo o participado para a pessoa se identificar e ir ter com ele à Câmara Municipal de Bragança, sempre recusou. Recebeu um email em 13/08/2012, de uma Sr.ª arquiteta de Lisboa cujo nome é Maria do Pilar Abreu Lima e que referia *sou arquiteta e foi-me solicitado um serviço para legalizar uma casa, sita na aldeia de Argozelo, concelho de Vimioso, pela parte do Sr. Firmino...*

- Entretanto com a participação apresentada ficou a saber quem era a pessoa que lhe telefonava e de que obra se tratava. Mais ficou a saber por informações colhidas em

Argozelo, que se trata de um agente da GNR, residente em Odivelas, qual justiceiro, que já é sobejamente conhecido no meio pela sua conduta.

Em resumo e em jeito de conclusão acrescenta o participado:

- a) Em todo este processo nunca a CMV colocou em causa a postura profissional e a idoneidade do técnico, que elabora projetos naquele Município desde a década de 80;
- b) A dona de obra ou seus legais representantes limitaram-se a ameaçar com queixas à Ordem dos Engenheiros pela alegada má conduta profissional do técnico, tendo-as consumado apenas no ano de 2012;
- c) Da ameaça de intentar uma ação cível contra o técnico nada foi consumado, pois sabiam perfeitamente quem tinha errado;
- d) Cientes do facto de a CMV os ter penalizado pela conduta ilegal de alteração de empreiteiro, de construção em desacordo com os projetos aprovados, e de ocupação de edifício sem o respetivo alvará de autorização de ocupação, nada mais lhes restava num ato de desespero que a Ordem dos Engenheiros castigasse o técnico pelos erros e ilegalidades cometidos por eles próprios.

Apresentou cópia da exposição que apresentou na CMV a 02/10/2006, acompanhada do aditamento ao projeto com as alterações introduzidas (fls.

Foram consultadas a Câmara Municipal do Vimioso e o Tribunal Judicial do Vimioso, que responderam às solicitações deste Conselho Jurisdicional.

II Apreciando

Colhendo dos autos a respetiva factualidade relevante. Assim:

1.º Contratado por Antónia Teles Fernandes, entretanto falecida, o Eng. Lousada elaborou os projetos de arquitetura e de especialidades de engenharia de uma moradia unifamiliar situada em Argozelo, concelho de Vimioso e de que seria futuramente o técnico responsável pela direção da obra.

2.º O projeto de arquitetura foi aprovado em 23/05/2003.

3.º O processo de obras ficou registado na CMV sob o n.º 24/2003;

4.º Os projetos das especialidades de engenharia foram entregues na CMV em 26/09/2003;

5.º Em 30/12/2003 a CMV emitiu a Licença de Construção n.º 62/2003, tendo sido concedido o prazo de 12 meses para conclusão dos trabalhos, com início em 30/12/2003 e termo em 30/12/2004;

6.º O participado é técnico superior do Município de Bragança onde é prática normal, tal como na maioria dos Municípios, comunicar por escrito aos técnicos interessados a emissão dos alvarás de licença dos procedimentos, tendo em vista informá-los de que a partir daí inicia a sua responsabilidade pela execução da obra;

7.º Não houve nenhuma comunicação da CMV nem da dona da obra ao técnico responsável pelos projetos e que iria ser o diretor técnico da obra, de que havia sido emitido o alvará de licença n.º 62, em 30/12/2003, válida até 30/12/2004;

8.º Decorrido cerca de um ano sem lhe ter sido comunicado qualquer facto relativo a esta obra, o participado tomou a iniciativa de se inteirar da razão de tal silêncio;

9.º A licença da obra caducou em 30/12/2004, não tendo sido revalidada;

10.º Deslocou-se então o participado a Argozelo e verificou que a obra estava em execução e tinham sido feitas alterações ao previsto no projeto aprovado;

11.º O empreiteiro cujo alvará consta do processo a CONOPUL, LDA., não foi a executante da obra, mas sim outra entidade cujo nome o participado desconhece;

- 12.º Este empreiteiro executou a obra sem respeitar o projeto aprovado;
- 13.º Foram feitos levantamentos e medições no local, e foi elaborado o aditamento necessário que ficou concluído em 05/11/2005;
- 14.º Tendo então decorrido cerca de um ano o aditamento não foi levantado pela dona da obra;
- 15.º Em 21/09/2006 o participado deslocou-se de novo a Argozelo e constatou que o edifício aparentava já estar ocupado, apesar de a obra não estar dada como concluída;
- 16.º Em 26/09/2006 deu entrada na CMV um requerimento da dona da obra solicitando *uma vistoria ao imóvel, onde constem todas as alterações, em relação ao projeto aprovado, a fim de poder intentar uma ação cível e, ao mesmo tempo Disciplinar, na respetiva Ordem, contra o Autor do Projeto, e assim como Certidão do Alvará de Construção, dado que nunca fui titular do mesmo (ofício CMV - fls.35);*
- 17.º Em 4/10/2006 o participado entregou na CMV do aditamento com as alterações ao projeto, acompanhado de uma exposição;(ofício CMV - fls. 35)
- 18.º A dona da obra apresentou na CMV um requerimento para que o aditamento ao projeto inicial não fosse aceite;
- 19.º Em 14/11/2006 deu entrada na CMV outro requerimento da dona da obra solicitando *uma vistoria ao imóvel, onde constem todas as alterações, a fim de poder intentar uma ação cível e, ao mesmo tempo Disciplinar, na Ordem dos Engenheiros, contra o Autor do Projeto, e ao mesmo tempo cópia autenticada do Alvará de Construção, dado que nunca fui titular do mesmo (ofício CMV – fls. 35);*
- 20.º A vistoria foi marcada para o dia 15/12/2006, não sendo a mesma efetuada e adiada para o dia 14/02/2007, que também não se realizou (ofício CMV - fls.35);
- 21.º A vistoria veio a realizar-se em 06/03/2007 (fls. em que uma Comissão de Vistoria nomeada pela CMV compareceu na edificação tendo elaborado um Auto de Vistoria, do qual constava o seguinte:
- Não se cumpriu o projeto aprovado pela CMV tanto ao nível da arquitetura como demais especialidades;
 - A construção existente, corresponde em termos de arquitetura, ao aditamento entregue na CMV pelo participado;
 - Para aferir as alterações efetuadas em obra relativamente ao projeto aprovado a CMV poderia ceder cópia de ambos os projetos (inicial e aditamento).
- 22.º Sob o n.º 9/07.3TBVMS, decorreu no Tribunal Judicial do Vimioso (TJV), uma ação judicial relativa ao processo camarário de obras n.º 24/2003, movida ao empreiteiro da obra, em que foi autor António Fernandes Machado e réus Nataniel Bartolomeu Xavier e outros (ofício TJV - fls. 29 a 34);
- 23.º Dessa ação judicial teve o participado conhecimento de que resultou num acordo entre as partes, para pouco tempo depois ser pedida uma nova vistoria à CMV porque a dona da obra entendia que a obra não estaria ainda concluída;
- 24.º Antónia Teles Fernandes faleceu em data não precisada, mas certamente após Outubro de 2007;
- 25.º A participação contra o Eng. Lousada foi apresentada na Ordem dos Engenheiros em 14/02/2012 (fls. 1).

Do direito

Pela factualidade acabada de expor verifica-se que o participado, do ponto de vista profissional como Engenheiro Civil (que é o que importa para a resolução da presente

participação), iniciou a sua atividade em Março de 2003, com a elaboração do projeto de arquitetura e terminou-a com a entrega na CMV do aditamento com as alterações ao projeto aprovado, o que ocorreu no dia 4/10/2006, pois a partir desta data não mais interveio no processo.

A participação foi apresentada na Ordem dos Engenheiros (OE) em 14/02/2012.

Na sua resposta à participação o Eng. Lousada levanta a questão de a participação ter sido apenas feita no ano de 2012. Mas, na verdade, nem precisaria de o fazer, visto que a prescrição do procedimento disciplinar é de conhecimento oficioso, isto é, ainda que o participado não tivesse referido tal questão, o Conselho Jurisdicional sempre teria de a analisar.

Dispõe o artigo 69.º do Estatuto da Ordem dos Engenheiros, que as infrações disciplinares prescrevem no prazo de cinco anos, sobre a data em que a infração tiver sido cometida, salvo se constituírem também infrações penais, prescrevendo, nestes casos, no mesmo prazo que o procedimento criminal, se este for superior.

Arredado que está este último circunstancialismo, é curial atentar que a existir qualquer comportamento violador de infração disciplinar por parte do participado, teria de ter decorrido entre Março de 2003 e 4 de Outubro de 2006, pelo que, à luz daquelas normas estatutárias, teria de ser participado no máximo até 4 de Outubro de 2011, para poder ser disciplinarmente sancionado.

Porque foi mais de cinco anos após (5 anos e 4 meses), obviamente se extinguiu, por prescrição, o direito de proceder disciplinarmente por eventual infração disciplinar.

III Parecer do Conselho Jurisdicional:


O Conselho Jurisdicional, procedendo a questão da prescrição, à luz das citadas normas estatutárias, o que prejudica a apreciação dos fundamentos da participação, propõe a extinção do procedimento disciplinar, e em consequência, com tal fundamento, o arquivamento dos autos.

Lisboa, 4 de julho de 2013.



José Matos e Silva

(Presidente do Conselho Jurisdicional e Relator)



Joaquim Manuel Veloso Peças Martins

(Membro do Conselho Jurisdicional)

